

# OS DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS

## ALÉM DO MARCO TEMPORAL

Coordenadores  
Antonio Carlos Wolkmer  
Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

© by Antonio Carlos Wolkmer, Carlos Frederico Marés de Souza Filho,  
Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

Editora da PUC Goiás  
Rua Colônia, Qd. 240-C, Lt. 26-29  
Chácara C2, Jardim Novo Mundo  
Cep. 74.713-200 – Goiânia – Goiás – Brasil  
Secretaria e Fax 62 3946-1814 – Revistas 62 3946-1815  
Coordenação 62 3946-1816 – Livraria 62 3946-1080  
www.pucgoias.edu.br/editora

Comissão Técnica

Biblioteca Central da PUC Goiás

*Normalização*

Karila Aparecida de Oliveira

*Revisão*

Humberto Melo

*Editoração Eletrônica e Arte Final de Capa*

Liana Amin Lima da Silva

*Foto de Capa*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GO, Brasil

---

D598 Os direitos territoriais quilombolas: além do marco territorial/ Coordenadores, Antonio Carlos Wolkmer, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega.-- Goiânia : Ed. da PUC Goiás, 2016. 196 p.; 22 cm

ISBN:978-85-7103-939-1

Inclui bibliografias

1. Comunidades de escravos fugitivos. 2. Quilombolas.  
3. Quilombos - História - Brasil. 4. Política e governo.  
5. Direito agrário. I. Wolkmer, Antônio Carlos. II. Souza Filho, Carlos Frederico Marés de. III. Blanco Tarrega, Maria Cristina Vidotte. IV. Título.

CDU: 326

---

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem escrita permissão do editor.

Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

7	O QUE SÃO OS QUILOMBOS?
17	RELATO SOBRE A REALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL
25	OS KALUNGAS; POR UMA KALUNGA
31	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL, PLURALISMO JURÍDICO E A QUESTÃO QUILOMBOLAUMA ABORDAGEM DESCOLONIAL E INTERCULTURAL DO DECRETO Nº 4.887/2003 E DA ADI 3239
55	MARCO TEMPORAL COMO RETROCESSO DOS DIREITOS TERRITORIAIS ORIGINÁRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
85	INCONSTITUCIONALIDADE DO MARCO TEMPORAL COMO REFERÊNCIA HISTÓRICA PARA A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO QUILOMBOLA
105	QUILOMBOLAS, LUTA POR TERRA E QUESTÕES RACIAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
125	A ODISSEIA JURÍDICA PARA A PROTEÇÃO DAS TERRITORIALIDADES: O TERRITÓRIO KALUNGA
149	O OUTRO LADO DA HISTÓRIA QUE NÃO FOI CONTADO: A CAPACIDADE DE REFUNDAÇÃO DO SENTIDO DA POLÍTICA NO BRASIL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS

## RELATO SOBRE A REALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

Maria Rosalina dos Santos<sup>1</sup>

Sou Maria Rosalina, mas sou também a Maria de muitos nomes. Na minha comunidade, alguns me chamam de Maria do Povo, Rosalina, Rosinha e agora Rosa, como fui chamada pela Professora Maria Cristina, com quem divido a mesa de debate.

Sou uma trabalhadora rural que não teve a oportunidade de passar por um conhecimento acadêmico, mas Deus me deu a oportunidade de adquirir um pouquinho de conhecimento na universidade da vida.

Moro na comunidade de Tapuio que, apesar de ter um nome indígena, é uma comunidade quilombola, habitada pelos quilombolas. Essa comunidade está localizada no Município de Queimada Nova, no Estado do Piauí, região central do semiárido.

Sou da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), formada por dois representantes de cada estado. Eles fazem as articulações dentro de seus estados e nacionalmente também, com uma coordenação executiva em Brasília. Em 2016, a CONAQ completará 20 anos de luta, mobilização e articulação em defesa dos direitos das comunidades quilombolas.

A CONAQ tem seus objetivos e missões principais divididas em bandeiras de lutas, com avanços, entraves e ameaças, mas também tem conquistas. A sua bandeira de luta está dividida em quatro eixos: estrutura e qualidade de vida nas comunidades quilombolas, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania e, principalmente, defesa dos territórios quilombolas.

---

1 Representante da CONAQ no V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Cidade de Curitiba, em 12 de novembro de 2015. Transcrição do texto por Flavia Donini Rossito, integrante do Grupo de Pesquisa “Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, na PUCPR.

Quanto à luta pelo território, podemos perceber que os entraves não são diferentes dos nossos parentes indígenas, como pude perceber nos últimos dois dias com a convivência e os debates no congresso. As ameaças não são diferentes. Assim como os indígenas, os quilombolas já têm derramado sangue na defesa de seus territórios. Quilombolas também são ameaçados vinte quatro horas, mas, encorajados com a resistência de nossa ancestralidade, temos coragem para encararmos a luta, mesmo sabendo que ela é desafiadora, contudo, acreditando que é por meio da luta que podemos conquistar aquilo que é de direito.

É interessante ser chamada para participar das discussões sobre o tema Direito Socioambiental, pois também é momento para nós, quilombolas, refletirmos sobre o tema. Porque as comunidades quilombolas, no seu seio, são as maiores defensoras do meio ambiente, por incrível que pareça, por mais que a sociedade diga que não. Talvez seja por isso que a luta quilombola incomode o sistema, porque defendemos a natureza, o meio ambiente, por entendermos que ele faz parte da nossa vida.

É nessa luta desafiadora que hoje, ao longo dessa caminhada, desde os nossos antepassados, pois a nossa luta não começou apenas com a CONAQ, mas com os primeiros negros que tiveram a coragem de fugir do sistema escravista e se organizaram em defesa de sua própria liberdade, somos os continuadores dessa luta, que passa de geração em geração.

Hoje, olhando para o seio da sociedade, podemos dizer que já temos algo a comemorar, porque, talvez, há uns 20 anos, não tínhamos a oportunidade de sentarmos numa mesa dessas para partilhar um pouco da nossa vida com os estudiosos, com os acadêmicos. Para nós, já é avanço e conquista ocuparmos esses espaços.

Mas, além desses espaços entre os estudiosos e acadêmicos, temos conseguido, há cerca de 10 anos, nos colocarmos na pauta do dia, isto é, na pauta de debate de garantias de direitos, pois até há alguns anos não tínhamos essa oportunidade.

Podemos dizer que, desde 2003, conseguimos avançar um pouco no debate, talvez não ainda na conquista de direitos, mas pelo me-

nos no debate. O que nos deu a oportunidade de avançar no debate foi, a partir da nossa luta, o diálogo com o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual, em 20 de novembro 2003, assinou o Decreto nº 4.887, com o objetivo de regulamentar e tentar implementar o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que até então só estava no papel.

Em seguida, criou-se o Programa Brasil Quilombola para discutir as políticas de ações afirmativas e, mesmo que não tenha avançado tanto, pelo menos facilitou a abertura de diálogo nas esferas e nos espaços públicos para os quilombolas cobrarem e dialogarem com os Ministérios da Educação, da Saúde, da Comunicação, de Minas e Energia, de Desenvolvimento Agrário. Enfim, conseguimos levar a nossa pauta para todas essas instâncias. Algumas avançaram, outras adormeceram, mas todos eles hoje sabem da nossa existência e das cobranças que fazemos dia e noite.

Assim, outro avanço foi quando o então Presidente da República criou uma secretaria para articular as políticas de ações afirmativas para a população negra e, dentre estas, estava um recorte para as comunidades quilombolas. Isso a gente considera um avanço, porque, até então, nenhum outro governo tinha dado essa visibilidade e reconhecido que o Estado brasileiro tinha e ainda tem essa dívida histórica conosco.

Entretanto, o pouco que a gente avançou começou a incomodar o sistema que nos tratava apenas como instrumento de garantia de poder, e não como cidadãos e cidadãs que, dentro da sociedade, tinham os mesmos direitos.

Assim, surgiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239, de 2004, contra o Decreto nº 4.887, de 2003. Já contamos com a ajuda do Professor Marés para nossa defesa, mas estamos convivendo com esse constrangimento desde 2005. Ora, a gente passa frio na barriga porque nos dizem que amanhã será a votação, depois é pedido vista, amanhã volta para votação de novo.

Sabemos que o Decreto nº 4.887 de 2003 não é o melhor para nós, mas foi o único documento que conseguimos conquistar para

viabilizar esse diálogo. Se com ele está ruim, talvez sem ele estivesse pior.

No Brasil, somos, aproximadamente, quase cinco mil comunidades quilombolas. Quando fazemos esse mapeamento e passamos a ir atrás de políticas públicas, damos de cara com alguns entraves. Hoje, para que as comunidades quilombolas tenham algum acesso às políticas públicas, exige-se que elas pelo menos sejam certificadas pela Fundação Palmares, sendo uma certidão de autorreconhecimento de fato. É claro que quem tem que definir se somos ou não quilombolas somos nós, mas como a sociedade é uma sociedade que, para as coisas funcionarem, ainda depende de papel, a Fundação Palmares é a responsável por emitir essa certidão de autorreconhecimento para as comunidades quilombolas terem acesso às políticas públicas.

Das quase cinco mil comunidades quilombolas, temos apenas 2.474 comunidades certificadas no país. Destas, não temos nem 200 tituladas. Estamos andando a passos de tartaruga. Temos apenas 193 comunidades tituladas no país e 1.167 com processo aberto no INCRA, mas, infelizmente, não há boa vontade das superintendências do INCRA nas regionais estaduais para avançarem na política de titulação do território quilombola.

Citamos o exemplo do Piauí, que tinha apenas cinco comunidades tituladas em 2006. Desde 2006, nada mais avançou. Parte das comunidades está localizada nas fazendas nacionais, terra da União, que nem precisam do laudo antropológico, bastando a boa vontade dos governantes de regularizarem essas comunidades.

Infelizmente, não há essa boa vontade política porque sabem que regularizar os territórios quilombolas é dar autonomia para os negros e as negras que ali moram. Isso não é bom para os governantes, porque negro com autonomia é negro com poder, e negro com poder não garante mais o poder do cidadão e da cidadã.

No entanto, como o negro é um bicho teimoso, resistente e persistente, até agora não desistimos e nem vamos desistir da luta. A luta continua, mesmo sabendo que existem as ameaças do Decreto, da PEC 215, dos Projetos de Leis, da Lei nº 1.836 de 2011, que retira di-

reitos dos quilombolas. Retiraram trechos do Estatuto da Igualdade Racial, o qual realmente nos dava a garantia do território; enfim, é ameaça por todos os lados.

Além dessas ameaças, dos Projetos de Leis, Decretos e da PEC, existe outro fator mais agravante que ameaça dia e noite nossas comunidades, que é a chegada dos grandes projetos em nome do desenvolvimento econômico. Estes estão chegando às comunidades e, por mais que haja o Decreto, a Convenção 169 da OIT, para as empresas não existe nada disso. Principalmente nas comunidades da região do nordeste, por serem as mais sofridas e que estão na região do semiárido, como a minha comunidade, que está há três anos sem safra. No período, às vezes chove um mês e passam dois sem chover. A gente planta e, quando a planta precisa da chuva para assegurar a colheita, não chove. E ainda temos que conviver com os impactos desses projetos que estão chegando.

A ferrovia e a energia eólica, mesmo que esta seja uma das que menos polui o meio ambiente, chegam e passam por cima de quem ali mora. Por um lado pode até não poluir o meio ambiente, a natureza, mas modificam todo o modo de vida de quem ali está morando.

Temos casos em que a Ferrovia Transnordestina atravessou o meio da comunidade, destruindo-a. Para nós que moramos no semiárido, uma cisterna de 16.000 litros é uma vida, e a Transnordestina passou e derrubou casas e cisternas, tudo em nome de um desenvolvimento. Sem falar que as famílias dessas comunidades, que tinham suas rocinhas pegadas às casas, hoje, para terem acesso à sua roça, têm que andar 12 quilômetros.

Com a Transnordestina houve a exploração do minério de ferro nessas comunidades, que já estão apavoradas com o acidente que aconteceu em Mariana, Minas Gerais. Nessas comunidades, não vai nem mesmo chegar a acontecer um acidente desses, pois as comunidades sumirão antes, porque o foco do ferro está no centro da comunidade.

Essa é uma realidade vivida nas comunidades quilombolas do Piauí, inclusive. Mas, o que é mais agravante nisso é que até agora os governos estaduais e o federal ainda não se deram conta que ali não



era um deserto, que ali tinha gente e há séculos moravam ali. Até parece que só tinha minério naquele lugar.

A chegada desses grandes empreendimentos modifica o modo de vida da comunidade e destrói a cultura vivida naquela comunidade. Nós fazemos um trabalho com a juventude, as crianças e os adolescentes, de resgatar a capoeira, a leseira, a roda, o samba, justamente para evitar que essa galera vá para o mundo das drogas ou perca sua identidade. Todavia, com a chegada desses empreendimentos, nossas forças estão poucas porque estão chegando também as drogas, a prostituição, enfim, a violência. Assim, as comunidades estão se transformando, não para melhor, mas para pior.

Em algumas comunidades, o número de pessoas com algum problema de saúde e depressivas aumentou. Onde não havia pessoas com hipertensão, passou-se a existir, ou seja, mexeu com o sentimento de pertence. A terra para nós é um sentimento de pertence, é a defesa da terra. Enfim, estou partilhando com vocês essa realidade, que não é só do Piauí, mas que está sendo vivenciada por todas as comunidades quilombolas do país. Entendo que aqui há um grupo de profissionais que está se qualificando ou que já é qualificado, que pode se sensibilizar com a nossa causa e, juntos lutaremos, superaremos e venceremos esses desafios.

A vida em comunidade é boa, é bela. Quem ainda não conhece, faça um convite, porque às vezes a gente conhece a história do quilombo apenas por meio das pesquisas, dos estudos, mas a melhor forma de conhecer de fato é botar o pé lá no quilombo, seja atravessando a pinguela ou descendo e subindo as ladeiras. Não é de avião não, viu turma? Onde há de ir de carro, vai-se de carro, onde há de ir de moto, vai-se de moto, mas onde não dá, vai a cavalo, mas onde não dá, vai a pé; no quilombo é assim.

Digo a vocês, com todo esse relato, que o quilombo é um lugar bom de viver, onde as pessoas são humanas, o espírito acolhedor e de partilha é muito forte e, se possível, os quilombolas entregam tudo. A comunidade quilombola é assim. Por conta disso, elas, hoje, estão virando fonte de pesquisas e estudos. Para nós, por um lado, isso é

bom, mas, por outro lado, a gente fica com a orelha em pé, porque há alguns estudiosos que acertam o caminho do quilombo para fazerem seus estudos, seus mestrados, seus doutorados, ou seja, para se qualificarem. A notícia que a gente tem é quando dizem tchau.

Não negamos o que temos, apenas queríamos que as pessoas que vão lá tivessem o mínimo de reconhecimento e dissessem: “olha, pessoal, deu certo, foi muito bom, valeu, consegui, então, muito obrigado”. Só isso que queremos, porque é uma forma também de sabermos que estamos contribuindo com o desenvolvimento e o conhecimento desse país. Nós temos o que oferecer, mas já cansamos de sermos explorados. A nossa luta é justamente para que sejamos incluídos no mundo da igualdade e da oportunidade, sem mais exploração. Essa é a nossa luta, esse é nosso objetivo a nível nacional e acreditamos que vamos conseguir; aos poucos, estamos conseguindo.

Tenho certeza que a gente pode contar com essa turma que está aqui nessa trajetória de luta em defesa da causa quilombola, que é uma causa de todos. Acho que quem é humano se sensibiliza com a nossa luta, com a nossa causa, e faz algo por nós. Enquanto a comunidade quilombola não tiver um quadro de pesquisadores e estudiosos, contamos com a sensibilidade e ajuda de vocês.

Diante do relato da realidade vivenciada por nós nas comunidades, além de todos os impactos e ameaças sofridos pelas comunidades quilombolas, há uma coisa que as sustentam. São as manifestações culturais, um dos pilares que nos dá sustentabilidade. E, por mais que estejamos angustiados e que a perseguição seja grande, nos asseguramos nas manifestações culturais. Os mais velhos da comunidade são uma biblioteca viva, um patrimônio que a gente zela muito, porque eles que passarão as experiências deles para os mais novos.

Hoje a CONAQ tem um escritório em Brasília, não porque a gente conta com uma estrutura financeira para mantê-lo, mas pela necessidade de estarmos mais perto e fazermos as articulações, principalmente nos espaços públicos, negociar as ações para as comunidades quilombolas, vigiarmos dia e noite aquele Congresso Nacional, onde há uma turma que foi eleita talvez até com os votos dos

quilombolas, mas que quando chegam lá se esquece realmente qual foi a escada ou quem abriu a porta para que entrasse ali.

Queremos ser seus parceiros hoje na luta pela causa quilombola em nível de Brasil.

Muito obrigada.

Maria Rosalina dos Santos  
Comunidade Quilombola Tapuio  
Estado do Piauí